

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.302 - GO (2019/0352260-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : EUDORIANA DOS REIS CRUZ**  
**AGRAVANTE : EUDORIANA CRUZ RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : SARIA ALVES MACHADO**  
**AGRAVANTE : MARCELO DE BRITO CASTRO**  
**AGRAVANTE : ELISANGELA PIRES ALVES**  
**AGRAVANTE : HOMERO ERNANE POHLMANN**  
**AGRAVANTE : GILMAR FERREIRA TORRES**  
**AGRAVANTE : IONE RODRIGUES MACHADO**  
**AGRAVANTE : IVONEIDE OLIVEIRA MENDES**  
**AGRAVANTE : JOÃO CAETANO DE MORAES**  
**AGRAVANTE : DORVALINA BARBOSA CARNEIRO**  
**AGRAVANTE : NILCE COSTA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : ALESSANDRO POPINI SERRA**  
**AGRAVANTE : CLERINA CARVALHO LIMA**  
**AGRAVANTE : KELBIA MARIA CARVALHO SOARES**  
**AGRAVANTE : ANTONIO JOSE DE CARVALHO**  
**AGRAVANTE : DILMAR ANTONIO GIACOMOLLI**  
**AGRAVANTE : ELENIR MARIA BARBOSA DE MORAES**  
**AGRAVANTE : GUMERCINDO VILELA MACHADO**  
**AGRAVANTE : JOSÉ MIGUEL DE SOUZA**  
**AGRAVANTE : SYRLEY OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : MARIALVA OLIVEIRA PONCIANO**  
**AGRAVANTE : JOAQUIM ALVES CARNEIRO**  
**AGRAVANTE : MARIA SEBASTIANA FERNANDES BARBOSA**  
**AGRAVANTE : SILVIO BORGES DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : SORMANI IRINEU RIBEIRO - GO009547**  
**HOMERO ERNANE POHLMANN - GO012033**  
**RAISSA MORAES OLIVEIRA - GO046054**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MINEIROS**  
**PROCURADORE : WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - GO027673**  
**S**  
**FERNANDO HENRIQUE MARTINS CREMONESE - GO025433**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SARIA ALVES MACHADO e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de

Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SARIA ALVES MACHADO e OUTROS, as partes Recorrentes foram intimadas da decisão agravada em 11/01/2019, sendo o agravo somente interposto em 14/06/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Registre-se que a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não há obrigatoriedade de publicação em nome de todos os advogados relacionados na petição que pede a intimação exclusiva, mas tão somente de um deles (AgInt no AREsp 1304498/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1703603/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; EDcl no AgRg no CC 133.191/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2014, DJe 28/10/2014).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor das partes recorrentes, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente